

Fora da curva



» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República, escritor e imortal da Academia Brasileira de Letras

Vamos dar uma pausa nas discussões do presente para lembrar algumas figuras populares que habitam nossas memórias, em toda parte, enchendo o cotidiano das cidades. No Maranhão, sempre tivemos muitos: um deles era o Comendador Satyro Pamphilo, que andava sempre de casa-preta, cartola e bengala. Ele estava sempre muito sóbrio e sério, cumprimentando todos os que passavam por ele.

Mas a sua fama maior era por causa do espetáculo que fazia todo ano, chamado “A queda da bandeira”. Satyro fazia os convites à mão e colocava embaixo das portas das casas; levava quase todo o ano convidando para sua festa no Teatro de São Luís — hoje Teatro Arthur Azevedo.

O espetáculo resumia-se no seguinte: no dia 7 de Setembro, ele colocava uma mesa, forrada com um pano verde, em cima do palco, bem na frente, e uma escadinha atrás dessa mesa, por onde ele subia. O espetáculo era muito popular, sobretudo entre os estudantes. Às sete horas da noite, em ponto, o Comendador Satyro entrava no palco e subia na mesa. Uma fanfarra tocava o Hino da Independência. Então, Satyro se enrolava na bandeira e se atirava lá de cima, no meio da

estudentada, que o recebia nos braços; não poucas vezes, ele ia ao chão.

O público aclamava e gritava:
— De novo! De novo! De novo!

E o Satyro subia novamente e tornava a se atirar no meio do pessoal. Era uma pataquada (como se dizia naquele tempo) terrível! Mas era célebre na cidade a festa “A queda da bandeira”, do Comendador Satyro.

Havia muitas outras histórias com Satyro, que fazia questão de ser chamado de comendador. Ele escreveu um livro, Embóbias de um cérebro ilustrado, que incluía um dicionário construído com uma série de palavras que ele inventou.

Meu pai, quando tinha uma festa de aniversário, citava o Satyro dizendo: “Temos hoje um ispiquitó” — era uma palavra dicionarizada pelo Satyro, com a seguinte definição: “anatalácio de donzela moça”.

Outro termo era o que ele usava para definir polêmica de jornal: “metrandação”. E acrescentava: “metrandação cerebral”.

Política era “rega-bofe de anacoretas”.

Quando ficava sabendo que haveria festas de aniversário, de casamento, ele se apresentava aos anfitriões, e era difícil que não improvisasse um versinho.

Foi assim que, na casa da Dona Doca, que aniversariava uma das filhas, ele saiu-se com esta:

— Matilde, Maria e Maroca / Três estrelas divinais / São filhas da Dona Doca...

Parou, procurou a rima e, não a encontrando, fechou com esse verso:

— ...com três diferentes pais.

Não é preciso dizer que foi expulso da festa.

Outra figura inesquecível, da década de 1950, aqui no Maranhão, era o Paletó.

Ele dizia sempre: “sou o número um das oposições coligadas”. Eu ainda o conheci: ele não faltava a nenhuma das reuniões dos nossos partidos políticos.

Certa vez, o deputado Clodomir Millet, então chefe da oposição, resolveu dar uma missão ao Paletó: ir todo dia ao TRE (Tribunal Regional Eleitoral) assistir às sessões e trazer de volta o relatório do que tinha sido votado e de como havia votado cada um dos juízes.

Um dia, Paletó entrou, meio cansado e revoltado, na redação do jornal *O Povo*, onde nos reuníamos todas as tardes, e foi logo dizendo:

— Dr. Millet, não volto mais ao Tribunal. Está tudo perdido: um juiz da oposição — como

é o desembargador Eugênio Piva — votou com o juiz do governo!

Naquela época, a política muitas vezes se tornava violenta. Quando organizamos uma passeata para protestar contra o governo, acusado de estar queimando as casas dos pobres, o Paletó também quis participar dela.

Neiva lhe deu uma bandeira, dizendo:

— Paletó, leve esta bandeira.

Então, o Paletó, “membro número um das oposições coligadas”, enrolou a bandeira no pescoço, deixando uma parte caída nas costas, e foi, exaltado, à passeata, gritando palavras de protesto. Até que, chegando perto do Palácio, vendo que havia uma fila de soldados com metralhadoras apontando para a passeata, ele parou e disse:

— Seu Neiva Moreira, está aqui a sua bandeira. Arrume um mais doido do que eu que, daqui, não passo!



Quando um aeroporto transforma o futuro de uma região



» TOMÉ FRANCA
Ministro de Portos e Aeroportos

Há quem veja um aeroporto apenas como uma pista de pouso e decolagem, um espaço de encontros e despedidas. É inegável que um sítio aeroportuário tem como função precípua promover conexões, mas nós, que atuamos no dia a dia do setor, enxergamos muito mais do que isso. Enxergamos oportunidades chegando, famílias se aproximando, empresas investindo, turistas descobrindo novos destinos e regiões inteiras ganhando novas perspectivas de desenvolvimento. Em um aeroporto as decolagens vão além das aeronaves.

Fazer uma região decolar. É essa a essência do Programa AmpliAR, criado pelo Ministério de Portos e Aeroportos para levar investimentos e gestão qualificada a aeroportos regionais, transformando estruturas muitas vezes subutilizadas em verdadeiros motores de crescimento econômico e social.

O primeiro leilão do programa, realizado em novembro de 2025, marcou o início dessa transformação. Treze aeroportos regionais passaram a integrar contratos de concessão que vão assegurar investimentos, modernização da infraestrutura, mais eficiência operacional e a prestação de melhores serviços para a população.

Mas os impactos do programa na aviação regional vão além dos terminais aeroportuários. Cada aeroporto fortalecido representa mais turismo, mais negócios, mais empregos, maior acesso

à saúde e à educação e melhores condições para que empresas escolham investir no interior do Brasil. Em muitas cidades, o aeroporto deixa de ser apenas um equipamento público e passa a ser um símbolo de esperança e de futuro.

Em uma segunda etapa, estamos construindo uma nova entrega de concessões contemplando 10 aeroportos regionais, que serão incorporados ao leilão do Aeroporto Internacional de Brasília. A nova gestora, que arrematar o ativo na capital federal, incorporará em seu contrato outros 10 terminais aéreos (nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná e Bahia) que são estratégicos para o crescimento regional, com perfis que vão desde o atendimento ao arranjo produtivo da agricultura até o fomento ao turismo.

Junto às obrigações do vencedor desse leilão, que incluem a realização de melhorias da infraestrutura nos 10 aeroportos regionais acrescidos ao contrato, o novo gestor do Aeroporto Internacional de Brasília terá que realizar um investimento de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão para, entre outras ações, construir um novo pier internacional, um edifício garagem, uma nova alternativa de acesso viário por meio do Parway e realizar intervenções que tragam mais segurança nas operações aeroportuárias.

Com esse movimento, estamos reforçando mais uma vez nosso compromisso com a aviação regional enquanto garantimos avanços substanciais no aeroporto da nossa capital, um dos mais movimentados do país e um dos mais importantes da América do Sul.

A largada foi promissora e estamos apenas começando. Até o fim deste ano, além dos 10 terminais incorporados ao leilão de Brasília, trabalhamos para incluir outros oito aeroportos regionais aos contratos de concessão. Se atingirmos esse objetivo e somando a primeira fase

do programa, teremos possibilitado a concessão de 23 a 31 aeroportos.

A comparação revela a dimensão desse avanço. Nos 14 anos anteriores, o Brasil concedeu a gestão de 59 aeroportos. Agora, temos a possibilidade de alcançar, em pouco mais de um ano, mais da metade de tudo o que foi realizado ao longo de mais de uma década.

Esse resultado não acontece por acaso. É fruto de planejamento, diálogo permanente com o mercado, da construção de um ambiente com segurança jurídica e da convicção de que o investimento em infraestrutura aeroportuária é uma das formas mais eficientes de promover desenvolvimento, reduzir desigualdades e melhorar a vida das pessoas.

Cada concessão demonstra para a região onde está localizado o aeroporto que ela tem potencial para contribuir com o futuro do Brasil que estamos construindo. É exatamente essa visão que orienta o governo do presidente Lula. Estamos retomando a capacidade de planejar, investir e criar condições para que o crescimento econômico alcance todas as regiões do país, especialmente aquelas que historicamente receberam menos oportunidades.

O olhar para os aeroportos regionais deixa claro que o Brasil voltou a acreditar na força da infraestrutura como instrumento de transformação social. Não estamos apenas assinando contratos, mas abrindo portas para novos investimentos, fortalecendo economias locais e criando oportunidades para milhões de brasileiros. É a prova de que, quando há planejamento, foco e compromisso com o desenvolvimento, o Brasil avança mais rápido.

Conectar cidades e fazer a economia circular é importante. Mas é conectar pessoas às oportunidades o que nos move diariamente. É isso que realmente promove a transformação de um país.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

A diplomacia capturada

Poucas instituições do Estado brasileiro construíram, ao longo de sua história, um patrimônio de credibilidade comparável ao do Itamaraty. Durante mais de um século, a diplomacia nacional foi reconhecida por uma rara combinação de profissionalismo, continuidade e capacidade de dialogar com governos de todas as orientações ideológicas. Presidentes entravam e saíam do Palácio do Planalto, crises internacionais surgiam e desapareciam, mas permanecia a percepção de que a política externa brasileira obedecia, acima de tudo, aos interesses permanentes do Estado. Essa tradição, construída pacientemente por sucessivas gerações de diplomatas, parece hoje submetida a uma pressão crescente provocada pela politização ideológica extremada que atualmente domina o país.

As recentes tensões entre Brasil e Estados Unidos ilustram de forma eloquente todo esse processo. Em poucas semanas assistiu-se a uma sucessão de declarações públicas in-comuns entre dois países que mantêm relações diplomáticas há mais de 200 anos. Houve críticas do secretário de Estado americano Marco Rubio, respostas do governo brasileiro, manifestações do ministro Mauro Vieira e um artigo assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na imprensa americana defendendo uma visão totalmente obtusa sobre o relacionamento bilateral.

A discussão, que tradicionalmente ocorreria nos canais reservados da diplomacia, passou a ocupar manchetes internacionais, transformando divergências políticas em espetáculo público. Quem chamou atenção para esse fenômeno foi justamente alguém que conhece por dentro a máquina diplomática brasileira. Ex-embaixador do Brasil em Washington e presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior, Rubens Barbosa afirmou que a relação bilateral entrou numa escalada inédita de confrontação política e alertou para os riscos da excessiva politização das relações exteriores.

Para Barbosa, quando a diplomacia deixa de atuar como política de Estado e passa a refletir disputas ideológicas domésticas, o país perde capacidade de negociação e reduz seu espaço de influência internacional. Não é a submissão que se deseja sobre qualquer potência estrangeira, tampouco de abdicar da soberania nacional. Países soberanos divergem entre si diariamente. A questão central reside na forma como essas divergências são administradas.

Os Estados Unidos continuam sendo uma das maiores economias do planeta, importante destino das exportações brasileiras, fonte de investimentos, tecnologia e cooperação científica. O Brasil, por sua vez, representa parceiro estratégico na América do Sul, potência agrícola, energética e mineral. Há interesses objetivos suficientes para recomendar prudência, equilíbrio e capacidade de diálogo.

Em meio a esse ambiente conturbado, ganhou repercussão internacional um artigo publicado por Mary Anastasia O’Grady, colunista do *Wall Street Journal*. Em sua análise, a jornalista apresentou uma interpretação profundamente crítica sobre a situação institucional brasileira, argumentando que decisões recentes representariam riscos ao Estado de Direito e às liberdades civis. É a opinião da autora, não de uma posição oficial do governo americano nem do próprio jornal, mas o fato de avaliações dessa natureza encontrarem espaço em um dos mais influentes veículos econômicos do mundo revela como a imagem internacional do Brasil tornou-se objeto de críticas intensas.

Investidores internacionais acompanham atentamente a estabilidade institucional dos países onde aplicam seus recursos. Empresas avaliam previsibilidade jurídica antes de instalar fábricas ou ampliar operações. Agências de classificação de risco observam o ambiente político com a mesma atenção dedicada aos indicadores econômicos. Em economia internacional, percepção frequentemente produz efeitos concretos. A história demonstra que diplomacias excessivamente identificadas com governos específicos costumam perder eficiência quando esses governos deixam o poder. Foi exatamente para evitar esse problema que o Itamaraty construiu, ao longo de décadas, uma cultura institucional baseada na continuidade administrativa e na defesa permanente dos interesses nacionais. Essa tradição permitiu ao Brasil dialogar simultaneamente com democracias liberais, monarquias constitucionais, repúblicas presidencialistas e governos de diferentes orientações ideológicas sem comprometer sua credibilidade.

O risco agora é transformar divergências naturais entre governos em crises duradouras entre Estados. O comércio exterior oferece inúmeros exemplos do custo dessa estratégia. Barreiras tarifárias, dificuldades regulatórias, atrasos em acordos comerciais e redução de investimentos raramente atingem governos específicos. Seus efeitos recaem sobre empresas, trabalhadores e consumidores. Quando exportações diminuem, quem perde mercado é o produtor nacional. Quando investimentos são adiados, empregos deixam de ser criados. Quando aumenta a insegurança diplomática, cresce o custo de fazer negócios. E olha que não está sendo discutido aqui a questão das tarifas sobre os produtos brasileiros, que estão pagando o pato pela postura do atual governo. Ao longo de sua história, o Brasil conquistou respeito internacional justamente por evitar alinhamentos automáticos e confrontos desnecessários.

A frase que foi pronunciada

“A história será gentil comigo, pois pretendo escrevê-la.”

Winston S. Churchill

História de Brasília

Jogar futebol na Itália, na França, no Congo ou na China não acarreta a perda da nacionalidade. Mas, se um brasileiro, voluntariamente, sem nenhuma coação de país estrangeiro, pratica um ato, qualquer que seja, demonstrando a sua preferência por outra nacionalidade, está dando causa expressa para que seja declarada a perda da sua nacionalidade brasileira. A nossa Constituição (art. 130) estabelece que perde a nacionalidade brasileira o brasileiro (n. 1) “que, por naturalização voluntária, adquirir outra nacionalidade”. (Publicada em 25/5/1962)